

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do preceituado no Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a Câmara Municipal de Santa Comba Dão apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2009.

A fria análise dos números, sem qualquer tipo de considerandos relativamente aos condicionalismos que o ano de 2009 impôs à autarquia, poderá levar a interpretações abusivas da realidade actual da situação económica e financeira do Município.

Assim, qualquer interpretação do presente relatório deverá ter em conta o seguinte:

1. A difícil situação de crise económica e financeira que grassa no País, com implicações fortíssimas na redução das receitas próprias da Autarquia. Referimo-nos à evolução negativa da cobrança de impostos locais, a exemplo do que aconteceu com os impostos nacionais, com reflexos conhecidos no deficit orçamental de 2009. E se esse argumento serve para o País, por maioria de razão servirá para o Município. Este período é também responsável pela reduzida parcela referente à venda de bens de investimento que em 2008 atingiu 316.750 euros e em 2009 apenas registou o valor de 54.573,60 euros. Nesta rubrica, o Município tem hoje bens transaccionáveis com um valor de mercado a rondar os 2.500.000 euros, a preços actuais, mas a contracção dos mercados e a prudência dos investidores, reduz a capacidade de gerar receitas extraordinárias, tão necessárias, nesta fase, para o equilíbrio das contas da autarquia.
2. A total inoperacionalidade do QREN, que colocou um número razoável de municípios em situação financeira difícil, pois o reembolso das participações dos projectos realizados e em curso, ainda não se iniciou.
3. A retenção de 10% do Fundo de Equilíbrio Financeiro determinado pelo Governo por via da aplicação da Lei das Finanças Locais, no montante de 404.666,00€, receita que pertence ao município e não é considerada na análise orçamental que se segue.

Para uma melhor compreensão, em paralelo com a análise orçamental feita de acordo com as regras do POCAL, apresentaremos contas corrigidas que darão uma perspectiva real da situação do Município em 31 de Dezembro de 2009.

## 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

### 1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

#### 1.1.1. RECEITA

O grau de execução das receitas aumentou, cifrando-se no final do exercício em 60,21 %, não obstante se verificar um grau de execução global baixo, para o qual contribui a sobre dotação de algumas classificações, especialmente os Rendimentos da propriedade e a venda de bens de investimento. Na tabela seguinte, verificam-se desvios nas diferentes rubricas, tendência que já se verificava em anos anteriores:

Rub.	Designação	2009				2008			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos directos	1.314.393,00	1.445.778,63	131.385,63	110,00%	1.331.344,00	1.636.372,91	305.028,91	122,91%
02	Impostos indirectos	99.247,00	70.573,57	-28.673,43	71,11%	100.530,00	87.065,63	-13.464,37	86,61%
04	Taxa, Multas e outras penalidades	968.102,00	193.773,46	-774.328,54	20,02%	179.957,00	213.040,18	33.083,18	118,38%
05	Rendimentos da propriedade	2.987.855,00	564.088,09	-2.423.766,91	18,88%	3.263.375,00	877.332,27	-2.386.042,73	26,88%
06	Transferências Correntes	3.478.313,00	2.974.383,71	-503.929,29	85,51%	3.295.944,00	3.149.866,82	-146.077,18	95,57%
07	Venda de bens e serviços correntes	521.200,00	309.410,21	-211.789,79	59,36%	977.500,00	436.982,34	-540.517,66	44,70%
08	Outras receitas correntes	12.000,00	23.652,82	11.652,82	197,11%	17.000,00	15.292,36	-1.707,64	89,96%
09	Venda de bens de investimento	2.256.941,30	54.573,60	-2.202.367,70	2,42%	5.579.481,00	316.750,00	-5.262.731,00	5,68%
10	Transferências de capital	5.227.011,00	1.810.411,20	-3.416.599,80	34,64%	3.016.169,00	1.623.537,24	-1.392.631,76	53,83%
12	Passivos financeiros	7.069.091,49	7.069.000,00	-91,49	100,00%	809.844,95	959.605,30	149.760,35	118,49%
13	Outras receitas de capital	350.000,00	70.000,00	-280.000,00	20,00%	250.000,00	0,00	-250.000,00	0,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	798,60	793,60	15972,00%	260,00	341,42	81,42	131,32%
16	Saldo da gerência anterior	85.691,50	85.691,50	0,00	100,00%	448.010,85	448.010,85	0,00	100,00%
<b>Total Receitas</b>		<b>24.369.850,29</b>	<b>14.672.135,39</b>	<b>-9.697.714,90</b>	<b>60,21%</b>	<b>19.269.415,80</b>	<b>9.764.197,32</b>	<b>-9.505.218,48</b>	<b>50,67%</b>

Os valores de execução apresentados revelam um aumento de rigor na orçamentação, embora esta continue condicionada pelo valor significativo de despesa realizada e não paga. O Princípio Orçamental do Equilíbrio refere que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, o que contribui para a previsão das receitas estimadas terem valores superiores ao que se espera na realidade.

Conclui-se que o Município continua com dificuldades em gerar receita própria para fazer face ao nível dos compromissos assumidos, situação que ocorre há alguns anos.

#### 1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores '*executados*' e valores '*pagos*', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminui de 90,14% para 86,45% se considerarmos os valores '*executados*', enquanto verificamos um aumento de 50,44 % para 59,75% se considerarmos os valores '*pagos*'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2009						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0102 01	Assemb. Municipal - Desp. c/ pessoal	26.100,00	7.564,33	-18.535,67	28,98%	7.310,53	-18.789,47	28,01%
0102 02	Assemb. Municipal - Aq. Bens e serviços	3.000,00	979,39	-2.020,61	32,65%	889,39	-2.110,61	29,65%
0102 01	Câmara Municipal - Desp. c/ pessoal	3.284.507,00	3.282.304,19	-2.202,81	99,93%	3.234.552,11	-49.954,89	98,48%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. Bens e serviços	4.621.185,03	4.532.489,91	-88.695,12	98,08%	3.389.369,86	-1.231.815,17	73,34%
0102 04	Câmara Municipal - Transf. Correntes	438.600,00	437.029,18	-1.570,82	99,64%	387.227,31	-51.372,69	88,29%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	545.055,00	540.364,00	-4.691,00	99,14%	540.364,00	-4.691,00	99,14%
0102 06	Câmara Municipal - Outras desp. Correntes	47.499,00	47.303,73	-195,27	99,59%	46.835,73	-663,27	98,60%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. Bens de capital	12.750.352,00	9.609.319,04	-3.141.032,96	75,37%	4.372.917,26	-8.377.434,74	34,30%
0102 08	Câmara Municipal - Transf. Capital	789.785,47	760.038,81	-29.746,66	96,23%	745.472,30	-44.313,17	94,39%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	5.000,00	0,00	-5.000,00	0,00%	0,00	-5.000,00	0,00%
0103 03	Op. financeiras - Juros e outros encargos	449.570,00	443.269,98	-6.300,02	98,60%	427.837,28	-21.732,72	95,17%
0103 10	Op. financeiras - Passivos financeiros	1.409.196,79	1.408.003,66	-1.193,13	99,92%	1.408.003,66	-1.193,13	99,92%
<b>Total Despesas</b>		<b>24.369.850,29</b>	<b>21.068.666,22</b>	<b>-3.301.184,07</b>	<b>86,45%</b>	<b>14.560.779,43</b>	<b>-9.809.070,86</b>	<b>59,75%</b>

Rub.	Designação	2008						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0102 01	Assemb. Municipal - Desp. c/ pessoal	26.100,00	12.421,30	-13.678,70	47,59%	12.167,50	-13.932,50	46,62%
0102 02	Assemb. Municipal - Aq. Bens e serviços	3.000,00	979,39	-2.020,61	32,65%	0,00	-3.000,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Desp. c/ pessoal	3.054.451,00	2.969.078,73	-85.372,27	97,20%	2.736.590,04	-317.860,96	89,59%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. Bens e serviços	4.497.583,36	4.180.450,00	-317.133,36	92,95%	2.137.975,89	-2.359.607,47	47,54%
0102 04	Câmara Municipal - Transf. Correntes	372.715,44	329.890,41	-42.825,03	88,51%	239.586,73	-133.128,71	64,28%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	537.100,00	535.095,00	-2.005,00	99,63%	535.095,00	-2.005,00	99,63%
0102 06	Câmara Municipal - Outras desp. Correntes	70.910,00	67.774,25	-3.135,75	95,58%	64.969,25	-5.940,75	91,62%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. Bens de capital	8.244.836,05	7.190.075,07	-1.054.760,98	87,21%	1.994.591,47	-6.250.244,58	24,19%
0102 08	Câmara Municipal - Transf. Capital	521.750,00	420.186,77	-101.563,23	80,53%	388.436,31	-133.313,69	74,45%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00	-1.000,00	0,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras desp. Capital	25.250,00	25.249,51	-0,49	100,00%	25.249,51	-0,49	100,00%
0103 03	Op. financeiras - Juros e outros encargos	611.269,00	598.431,90	-12.837,10	97,90%	544.883,60	-66.385,40	89,14%
0103 10	Op. financeiras - Passivos financeiros	1.303.450,95	1.039.788,15	-263.662,80	79,77%	1.039.788,15	-263.662,80	79,77%
<b>Total Despesas</b>		<b>19.269.415,80</b>	<b>17.369.420,48</b>	<b>-1.899.995,32</b>	<b>90,14%</b>	<b>9.719.333,45</b>	<b>-9.550.082,35</b>	<b>50,44%</b>

A análise feita a partir dos valores 'executados' revela um aumento dos mesmos na ordem dos 21% a relevância das rubricas de compromissos (valores 'executados'), tal como em exercícios anteriores, centram-se nas despesas com pessoal, bem como nas aquisições de bens e serviços (correntes e de capital), pelo que será necessário no futuro incidir sobre estas uma acrescida contenção de despesa.

Assim:

- As despesas com pessoal tiveram um acréscimo de 9,05%, representando um total de 15,58% do total das despesas assumidas pela autarquia.

Este acréscimo fica a dever-se a:

- a) Aumentos salariais de 2,9% verificados na função pública, que na realidade representam cerca 2,7% do total da despesa, já que o regresso de funcionários da Combanima em regime de mobilidade, não teve reflexos neste aumento.
- b) Regresso de 2 funcionários afectos ao quadro de pessoal da Câmara

---

Municipal que se encontravam em regime de requisição na concessionária Águas do Planalto, e ao regresso de 8 funcionários, também eles afectos ao quadro de pessoal da Câmara Municipal, que se encontravam em cedência especial na empresa municipal Combanima, EM, que representam um aumento de cerca de 5,3%,

- c) Pagamento de compensação por caducidade de contrato de trabalho a 17 funcionários, que representa um acréscimo de 0,1 %,
  - d) Aumento de despesas com a ADSE, que representam 0,95%.
- A aquisição de bens e serviços correntes teve um acréscimo de 8,4 %, ou seja 352.039,91€ representando um total de 21,52% do total das despesas assumidas. O acréscimo verificado deve-se essencialmente a:
    - a) Aquisição de serviços, nomeadamente às rubricas de serviços de limpeza e higiene nos Centros Escolares,
    - b) Estudos, pareceres, projectos e consultadoria, com auditores, consultores para o Plano de Saneamento Financeiro, assessoria jurídica, plano de pormenor do Granjal, Itecons, etc.
    - c) Serviços de assistência técnica, das empresas AIRC, Global Soft e PT Comunicações.

- Pela comparação de 2009 com 2008 observamos um acréscimo significativo nos **compromissos assumidos** na rubrica de aquisição de bens de capital em cerca de 33,65%, o que significa um reforço do investimento, representando, das despesas assumidas, cerca de 45,61%. O facto de serem compromissos assumidos, revela o rigor que se pretende na análise dos números, pois a despesa efectivamente realizada não coincide com a assumida, tendo em conta que há projectos que se prolongam por mais que um exercício.

O acréscimo verificado fica a dever-se essencialmente ao investimento na construção do centro educativo norte, na aquisição de equipamento informático e administrativo para o centro educativo sul e para o centro educativo centro, na construção de equipamentos para coesão social – ginásios, bem como na Requalificação da Ex-EN2 e ex-EN234.

Refira-se que os valores da despesa efectivamente realizada em 2009, referentes a estes investimentos importam em 2.223.473,90€; tratando-se de projectos com

contratos de comparticipação assinados, a análise deveria ter em conta o valor das contrapartidas de receita, ou seja, 1.766.088,61 €, conforme quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	VALORES					
	PROJECTO	ELEGIVEL	FEDER	ENCARGO MUNICIPAL	FACTURADO	RECEITA A CONSIDERAR
Construção de dois Polidesportivos	293.071,14	293.071,14	234.456,91	58.614,23	293.071,14	234.456,91
Requalificação e Reabilitação da ex-EN2 e ex-EN234	849.840,08	849.840,08	679.872,06	169.968,02	221.953,84	177.563,07
Centro Escolar Norte	2.574.937,17	1.693.370,00	1.354.696,00	1.220.241,17	1.454.638,65	1.163.710,92
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	253.810,27 €	228.126,96 €	171.095,22 €	82.715,05 €	253.810,27 €	190.357,70 €
<b>TOTAIS</b>	<b>3.717.848,39</b>	<b>2.836.281,22</b>	<b>2.269.024,98</b>	<b>1.448.823,41</b>	<b>2.223.473,90</b>	<b>1.766.088,61</b>

Neste âmbito, também não são reflectidas a nível orçamental (*na análise orçamental consideram-se os compromissos assumidos ao nível da despesa e a receita efectivamente cobrada no ano, o que introduz alguma distorção nos números apresentados*), as receitas correntes seguintes referentes ao ano de 2009 mas apenas recebidas em 2010:

- Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (sobretaxa e aluguer da rede de águas) : 448.632,00€
- Olimpíadas da Amizade (dividas dos municípios): 11.019,72€
- Retenção de 10% do FEF: 404.666,00€

Tendo em conta estes factos, a análise orçamental deveria considerar estas receitas que totalizam: 2.630.406,33€

## 1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

### 1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental, tal como em exercícios anteriores, parte da estrutura de receitas/despesas correntes desequilibrada, apresentando assim valores negativos nos sucessivos exercícios. Neste contexto, o exercício de 2009 traduz um agravamento dos resultados correntes, com a receita a diminuir aproximadamente 13% e a despesa a aumentar cerca de 6,86%.

As despesas correntes de 2009 ascenderam a 9.291.304,71 euros, mostrando-se superiores em 66,47%, em relação às receitas correntes que totalizaram 5.581.660,49 euros.

O município, em 2009 não cumpriu com o princípio orçamental do equilíbrio, uma vez que

as receitas correntes foram inferiores às despesas correntes.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	5.581.660,49	Receitas	6.415.952,51
Despesas	9.291.304,71	Despesas	8.694.120,98
Déficit 2009	-3.709.644,22	Déficit 2008	-2.278.168,47

RESULTADOS CORRENTES CORRIGIDOS			
Receitas	6.243.645,21	Receitas	6.415.952,51
Despesas	9.291.304,71	Despesas	8.694.120,98
Déficit 2009	-3.047.659,50	Déficit 2008	-2.278.168,47

### 1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como nos resultado corrente, é também ele negativo, contudo verificamos uma melhoria neste resultado quando comparado com o exercício 2008. Em 2009, as receitas de capital cobrem as despesas de capital em 76,46%. Em 2008 este rácio foi de 33,43%.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	9.003.984,80	Receitas	2.899.892,54
Despesas	11.777.361,51	Despesas	8.675.299,50
Déficit 2009	-2.773.376,71	Déficit 2008	-5.775.406,96

No entanto, introduzindo as receitas consideradas nos quadros corrigidos anteriores, os resultados são os seguintes:

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL CORRIGIDOS			
Receitas	10.782.048,70	Receitas	2.899.892,54
Despesas	11.777.361,51	Despesas	8.675.299,50
Déficit 2009	-995.312,81	Déficit 2008	-5.775.406,96

Desta forma, as receitas de capital cobrem as despesas de capital em 91,5%.

### 1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa permite identificar uma

melhoria no resultado, embora este, como em anos anteriores, continue a registar um défice.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	14.672.135,39	Receitas	9.764.197,32
Despesas	21.068.666,22	Despesas	17.369.420,48
Défice 2009	-6.396.530,83	Défice 2008	-7.605.223,16

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - CORRIGIDO			
Receitas	17.025.693,91	Receitas	9.764.197,32
Despesas	21.068.666,22	Despesas	17.369.420,48
Défice 2009	-4.042.972,31	Défice 2008	-7.605.223,16

Em termos de análise das rubricas orçamentais podemos dizer que a melhoria verificada em termos de desempenho orçamental, ficou-se a dever ao comportamento das receitas, nas quais está incluído o empréstimo relativo ao Plano de Saneamento Financeiro no valor de 6.500.000 euros.

Quanto às despesas, elas são também afectadas pelo pagamento das dívidas de anos anteriores, com a utilização do empréstimo acima referido.

## 2. FONTES DE FINANCIAMENTO

### 2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

#### 2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	2.818.340,48	19,21%	4.031.187,96	41,29%
Outras Receitas	11.853.794,91	80,79%	5.733.009,36	58,71%
Total das Receitas	14.672.135,39	100,00%	9.764.197,32	100,00%

Em 2009 estas receitas corresponderam a 19,21% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de cobranças efectuadas depende de financiamentos externos à autarquia.

Nas receitas próprias deveria ser incluída a verba referente à sobretaxa cobrada pela concessionária da rede de águas e o aluguer da referida rede que totalizam 448.632,00€, pelo que o quadro anterior teria a seguinte apresentação:

Designação	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.266.972,48	21,61%	4.031.187,96	41,29%
Outras Receitas	11.853.794,91	78,39%	5.733.009,36	58,71%
Total das Receitas	15.120.767,39	100,00%	9.764.197,32	100,00%

## 2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é muito negativo, não obstante o acréscimo registado no total das receitas.

Verifica-se, em 2009, um decréscimo de 22,08 pontos percentuais do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2008, com um decréscimo do seu valor absoluto em 1.212.847,48 euros.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, o comportamento dos impostos locais e da venda de bens de investimento, tiveram reduções significativas em 2009, por força da crise económica e financeira, tal como já foi referido.

Rub.	Designação	2009		2008	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.445.778,63	51,30%	1.636.372,91	40,59%
02	Impostos indirectos	70.573,57	2,50%	87.065,63	2,16%
04	Taxas, multas e out pen.	193.773,46	6,88%	213.040,18	5,28%
05	Rendimentos da propriedade	564.088,09	20,01%	877.332,27	21,76%
07	Venda de bens e serv. corr.	309.410,21	10,98%	436.982,34	10,84%
08	Outras receitas correntes	23.652,82	0,84%	15.292,36	0,38%
09	Venda de bens de inv. <sup>o</sup>	54.573,60	1,94%	316.750,00	7,86%
13	Outras receitas de capital	70.000,00	2,48%	0,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagam <sup>os</sup>	798,60	0,03%	341,42	0,01%
16	Saldo da gerência anterior	85.691,50	3,04%	448.010,85	11,11%
Total das receitas próprias		2.818.340,48	19,21%	4.031.187,96	41,29%
Total das receitas		14.672.135,39		9.764.197,32	

Além dos impostos locais e da venda de bens de investimento, contribui para a diminuição verificada nas receitas próprias, os impostos indirectos, as taxas, multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade, venda de bens e serviços correntes e o saldo transitado da gerência anterior.

Traduzem uma evolução positiva, na estrutura das receitas próprias, as rubricas de outras receitas correntes e de capital e as reposições não abatidas aos pagamentos.

Com a grave crise económica e financeira, não se perspectiva que nos próximos períodos contabilísticos a situação se altere, pelo que, mais uma vez, deverá ser pelo lado da despesa que o executivo municipal deverá actuar, tomando medidas de redução da despesa corrente e escolhendo criteriosamente os projectos de investimento que pretende levar a efeito, privilegiando aqueles que tenham garantia de participação comunitária e que sejam sustentáveis no futuro.

### 2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem apenas cerca de 13% da despesa total.

Os impostos directos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 10% da totalidade da receita.

Rácio	2009	2008
Receitas Próprias / Despesa Total	0,13	0,23
Receitas Próprias / Receita Total	0,19	0,41
Impostos Directos / Receita Total	0,10	0,17

## 2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

### 2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resulta da sua actividade directa são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados.

No município, estes financiamentos representam 80,79% do total das receitas no exercício de 2009, pelo que se verifica relativamente ao exercício transacto um acréscimo de 22,08 pontos percentuais.

Financiamento não próprio	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	2.974.383,71	25,09%	3.149.866,82	54,94%
Transferências capital	1.810.411,20	15,27%	1.623.537,24	28,32%
Passivos Financeiros	7.069.000,00	59,63%	959.605,30	16,74%
Total financiamento não próprio	11.853.794,91	80,79%	5.733.009,36	58,71%
Total Receitas	14.672.135,39		9.764.197,32	

Podemos verificar, pela análise efectuada, que são os passivos financeiros que têm maior peso nas outras receitas, ficando este acréscimo a dever-se à contracção do empréstimo de saneamento financeiro. Verificamos, também, um decréscimo do valor das transferências correntes e de capital, ficando este a dever-se em parte às retenções efectuadas pela Direcção Geral das Autarquias Locais de 10% no Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente e de capital), relativo ao estipulado no n.º 4 do artigo 5º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

### 2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

#### 2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado. Esta participação foi reformulada face à Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL), a qual consignou as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
  - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
  - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correcção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (89.67%), quer de capital (78,23%), tendo-se verificado no segundo caso um aumento do peso dos valores da participação comunitária em projectos co-financiados.

### ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	2.639.755,00	89,67%	2.707.953,00	85,97%
Outras Entidades Estado	207.106,43	7,04%	277.963,42	8,82%
Participação Comunitária	14.289,48	0,49%	46.082,47	1,46%
Fundos e Serv. Autónomos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras transferencias correntes	82.549,83	2,80%	117.867,93	3,74%
<b>Total das Transferências Capital</b>	<b>2.943.700,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.149.866,82</b>	<b>100,00%</b>

## ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	1.416.353,00	78,23%	1.444.127,00	88,95%
Outras Entidades Estado	203.914,45	11,26%	149.349,12	9,20%
Participação Comunitária	152.059,00	8,40%	30.061,12	1,85%
Outras transferências capital	38.084,75	2,10%	0,00	0,00%
<b>Total das Transferências Capital</b>	<b>1.810.411,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.623.537,24</b>	<b>100,00%</b>

No exercício de 2009, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	1.416.353,00	-	-	1.416.353,00
Corrente	2.225.697,00	211.828,00	202.230,00	2.639.755,00
<b>Total</b>	<b>3.642.050,00</b>	<b>211.828,00</b>	<b>202.230,00</b>	<b>4.056.108,00</b>

### 2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

É de salientar o aumento total dos fundos de 2009 face a 2008, em 7,43%. Encontra-se evidenciada, no mapa que se segue, a sua evolução até ao ano 2009.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2003	3.785.037,00	-	
2004	3.966.719,00	4,80%	
2005	4.046.053,00	2,00%	
2006	4.046.053,00	0,00%	
2007	4.015.660,00	-0,75%	
2008	4.152.080,00	3,40%	
2009	4.460.774,00	7,43%	a)

a) Valor constante do Mapa XIX, do Orçamento do Estado para 2009.

### 2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso da autarquia a fundos comunitários, teve em 2009, um aumento de 21,42 pontos percentuais face ao ano 2008.

A participação comunitária é especialmente notória em termos de capital: em 2009 o FEDER representou quase 100% do total das transferências de fundos comunitários.

	2009		2008		2007		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FORAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	34.558,52	14,26%	14.281,69	8,39%
FEDER	152.059,00	91,41%	53.289,75	69,99%	207.788,76	85,74%	137.108,28	80,57%
Outros	14.289,48	8,59%	22.853,84	30,01%	0,00	0,00%	18.790,13	11,04%
<b>Total</b>	<b>166.348,48</b>	<b>100,00%</b>	<b>76.143,59</b>	<b>100,00%</b>	<b>242.347,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>170.180,10</b>	<b>100,00%</b>

Como já foi referido, há no entanto, um valor significativo de comparticipação FEDER garantida, relativo a projectos em curso com elevado grau de execução e outros já concluídos, que deveria constar nas contas, pois para despesa realizada e considerada, a contrapartida em receita garantida, mesmo não tendo sido concretizada na prática, deveria ser considerada. Se assim fosse, o quadro anterior teria o seguinte aspecto:

	2009		2008		2007		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FORAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	34.558,52	14,26%	14.281,69	8,39%
FEDER	1.928.147,61	99,26%	53.289,75	69,99%	207.788,76	85,74%	137.108,28	80,57%
Outros	14.289,48	0,74%	22.853,84	30,01%	0,00	0,00%	18.790,13	11,04%
<b>Total</b>	<b>1.942.437,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>76.143,59</b>	<b>100,00%</b>	<b>242.347,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>170.180,10</b>	<b>100,00%</b>

### 2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007), nomeadamente no estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2009.

		Descrição		2009
1		Capital em dívida de médio e longo prazo		13.560.985,90
2		Total do endividamento líquido		14.278.829,59
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento		1.391.844,08
4		Dívida à EDP 1988		
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento		12.169.141,82
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar		13.423.095,90
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo (nº2,art.39º,Lei 2/2007)	100%	5.885.318,91
8		Limite ao endividamento líquido (nº1,art.37º,Lei 2/2007)	125%	7.356.648,64
9		Limite aos empréstimos curto prazo (nº1,art.39º,Lei 2/2007)	10%	588.531,89
		<b>Limite de empréstimos de curto prazo</b>		588.531,89
10		Empréstimo curto prazo contratado		
11		Montante em excesso		
12		Margem para o limite		588.531,89
		<b>Limite de empréstimos de médio e longo prazo</b>		5.885.318,91
13	=5-7	Montante em excesso		6.283.822,91
14		Margem para o limite		
		<b>Limite de endividamento líquido</b>		7.356.648,64
14	=6-8	Montante em excesso		6.066.447,06
15		Margem para o limite		

Os limites instituídos nos normativos legais nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 6.283.822,91
- Excesso do limite do endividamento líquido 6.066.447,06

Comparando o exercício de 2009 com o exercício de 2008, observamos um agravamento da situação do município face aos limites de médio e longo, bem como endividamento líquido.

O agravamento da situação face ao limite de empréstimos de médio e longo prazo justifica-se pela contracção do empréstimo de saneamento financeiro que, embora autorizado pelo Tribunal de Contas, não é excepcionado deste limite.

O agravamento da situação do município face ao limite de endividamento líquido deve-se em parte aos grandes investimentos, para equipar os dois centros educativos - Centro Educativo Sul e Centro Educativo Centro, a construção do Centro Educativo Norte, Construção de Equipamentos de Coesão Social – Ginásios, Requalificação e Reabilitação

da ex-EN2 e ex-EN234, que embora compartilhados por fundos comunitários (ainda não recebidos), exigem esforço do orçamento do município na percentagem não compartilhada. Um empréstimo de médio longo prazo para fazer face aos compromissos com a parcela de auto financiamento, permitiria cumprir os limites do endividamento líquido, pois esses empréstimos estão excepcionados do cálculo. No entanto, o esforço financeiro que é suportado pelo Município com os empréstimos bancários, desaconselha essa decisão.

### 3. ANÁLISE DE ACTIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa das Actividades Mais Relevantes (AMR's).

Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as actividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Facturado em anos anteriores	3.812.101,77 €
Facturado no ano	3.419.761,16 €
Total .....	7.231.862,93 €
Pagamento de Facturação do ano de anos anteriores	4.372.917,26 €

- Execução anual do das AMR's

Descrição	Valor
Facturado em anos anteriores	1.088.757,13 €
Facturado no ano	2.593.220,89 €
Total .....	3.681.978,02 €
Pagamento de Facturação do ano de de anos anteriores	2.921.069,52 €

## 4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

#### 4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2009		2008		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	657.218,52	7,45%	170.740,02	2,35%	486.478,50	284,92%
Impostos e taxas	1.793.011,73	20,34%	2.006.507,26	27,59%	-213.495,53	-10,64%
Variação da produção						nd
Trabalhos para a própria entidade						nd
Proveitos suplementares						nd
Transferências e subsídios obtidos	4.893.656,37	55,51%	4.656.284,48	64,03%	237.371,89	5,10%
Outros proveitos e ganhos operacionais	11.561,00	0,13%			11.561,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	788.847,64	8,95%	347.215,41	4,77%	441.632,23	127,19%
Proveitos e ganhos extraordinários	671.998,50	7,62%	91.769,27	1,26%	580.229,23	632,27%
Proveitos Totais	8.816.293,76	100,00%	7.272.516,44	100,00%	1.543.777,32	21,23%

Observamos que 55,51% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado.

## 4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2009		2008		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	167.304,81				167.304,81	
Fornecimentos e serviços externos	2.535.900,70	21,12%	2.889.517,87	25,05%	-353.617,17	-12,24%
Custos com o pessoal	3.084.549,10	25,69%	2.840.772,77	24,63%	243.776,33	8,58%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	868.869,93	7,24%	743.252,40	6,44%	125.617,53	16,90%
Amortizações do exercício	3.690.665,66	30,73%	3.526.115,97	30,57%	164.549,69	4,67%
Provisões do exercício			247.759,29	2,15%	-247.759,29	
Outros custos e perdas operacionais	57.245,57	0,48%	73.767,65	0,64%	-16.522,08	-22,40%
Custos e perdas financeiros	370.301,23	3,08%	587.433,84	5,09%	-217.132,61	-36,96%
Custos e perdas extraordinários	1.234.120,52	10,28%	625.650,68	5,42%	608.469,84	97,25%
<b>Custos Totais</b>	<b>12.008.957,52</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.534.270,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>474.687,05</b>	<b>4,12%</b>

A rubrica de amortizações do exercício tem um peso de 30,73% do total dos custos e, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspectiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios.

Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos (embora com um decréscimo de 12,24 pontos percentuais, quando comparados com o exercício transacto), e os custos com pessoal.

## 4.1.3. RESULTADOS

### 4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2009 e o exercício de 2008, que evidencia um aumento dos mesmos, essencialmente a nível financeiro.

Rubricas	2009	2008
Resultados Operacionais	-3.049.088,15	-3.487.654,19
Resultados Financeiros	418.546,41	-240.218,43
Resultados Correntes	-2.630.541,74	-3.727.872,62
Resultados Extraordinários	-445.272,88	-533.881,41
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-3.192.663,76</b>	<b>-4.261.754,03</b>

Mantém-se a tendência de resultados negativos, também verificada nos exercícios anteriores, que se podem justificar com dificuldades que a autarquia tem em aumentar receitas próprias, assim como uma parte significativa dos custos assume carácter fixo/regular, embora se comecem a verificar algumas melhorias nos resultados.

Sendo as amortizações uma operação contabilística que visa reflectir a desvalorização dos activos patrimoniais, o resultado líquido do exercício, a ser analisado sem esse factor, seria claramente diferente, ou seja, resultaria em 498.001,90€ positivos.

## 4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

### 4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2009	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Dívidas de Terceiros de curto prazo</b>	<b>2.307.791,88</b>	<b>1.101.261,85</b>	<b>1.206.530,03</b>	<b>109,56%</b>
Empréstimos concedidos				
Clientes, c/c				
Contribuintes, c/c				
Utentes, c/c	208.617,77	5.643,18	202.974,59	3596,81%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43		
Adiantamentos a fornecedores				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos	3.409,63	5.827,03	-2.417,40	-41,49%
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26		
Outros devedores	2.041.465,79	1.035.492,95	1.005.972,84	97,15%
<b>Dívidas de Terceiros de médio longo prazo</b>				
<b>Total da Dívida de Terceiros</b>	<b>2.307.791,88</b>	<b>1.101.261,85</b>	<b>1.206.530,03</b>	<b>109,56%</b>

Verifica-se um crescimento significativo da dívida de terceiros no exercício de 2009 em comparação com igual período do exercício anterior, tendo resultado essencialmente de valores a receber pela participação em projectos co-financiados, que montam em 1.776.088,61€ e, portanto, numa variação negativa relativamente a 2008.

### 4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2009	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa
<b>Dívidas a Terceiros de curto prazo</b>	<b>4.299.211,82</b>	<b>6.871.395,13</b>	<b>-2.572.183,31</b>	<b>-37,43%</b>
Empréstimos a curto prazo		409.605,30	-409.605,30	-100,00%
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	678.359,41	1.209.684,26	-531.324,85	-43,92%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência				
Clientes e utentes c/cauções	1.024,82	982,04	42,78	4,36%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	1.402.639,06	1.653.347,86	-250.708,80	-15,16%
Estado e outros entes públicos	32.670,52	35.730,41	-3.059,89	-8,56%
Administração autárquica	11.696,36	74.506,00	-62.809,64	-84,30%
Outros credores	2.172.821,65	3.487.539,26	-1.314.717,61	-37,70%
<b>Dívidas a Terceiros de médio longo prazo</b>	<b>13.560.985,90</b>	<b>7.491.395,09</b>	<b>6.069.590,81</b>	<b>81,02%</b>
Dívidas a instituições de crédito	13.560.985,90	7.491.395,09	6.069.590,81	81,02%
<b>Total da Dívida a Terceiros</b>	<b>17.860.197,72</b>	<b>14.362.790,22</b>	<b>3.497.407,50</b>	<b>24,35%</b>

No final de 2009, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 4.299.211,82 €, inferiores em relação ao ano anterior na ordem dos 37,43%. O saldo da rubrica '*Outros Credores*' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida cujos pagamentos estão a ser efectuados em prestações mensais.

O valor da rubrica "*Dívidas a Terceiros*", está, igualmente distorcido, tendo em consideração que há 2.630.406,33€ para receber, quer de fundos comunitários, quer de outras receitas correntes. Com este valor a variação seria de -5.202.589,64€.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam um acréscimo de 81,02% em relação a 2008, devendo-se este acréscimo à contracção do empréstimo de saneamento financeiro no valor de 6.500.000 euros.

## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 3.192.663,76 euros (três milhões, cento e

---

noventa e dois mil, seiscientos e sessenta e três euros e setenta e seis cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Transferência para Resultados Transitados -€3.192.663,76